



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora ELIZIANE GAMA

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_ - CCJ**  
(Emenda **MODIFICATIVA** à PEC nº 188, de 2019)

**Modifique-se** o inciso III do § 1º do art. 68 da Constituição Federal, disposto no art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. ....

§ 1º .....

III – Orçamentos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

....." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A PEC 188/2019 faz uma grande revisão em todos os dispositivos constitucionais que versam sobre o Plano Plurianual – PPA que, se aprovado, será extinto a partir do terceiro exercício financeiro subsequente à promulgação da Emenda Constitucional. Outra grande revisão ocorre em relação ao termo Lei Orçamentária Anual – LOA, fazendo a substituição desta peça pelo chamado “Orçamento Plurianual”. Portanto, nos termos da PEC 188, a Lei Orçamentária da forma como é conhecida hoje, deixará de existir e, em seu lugar, entrará o Orçamento Plurianual o qual, nos termos do § 5º, do art. 165 da PEC 188/2019, **fixará** a despesa para o **exercício de referência** e o **indicará para o período definido em Lei Complementar**.

A análise da revisão dos dispositivos que pretendem adequar o texto constitucional à futura exclusão do PPA, deve ser feita lembrando que o novo instrumento orçamentário denominado Orçamento Plurianual, assumirá algumas das funções tipicamente reservadas ao PPA, como versar acerca de investimentos que ultrapassem um exercício fiscal.





SENADO FEDERAL

O parágrafo 1º do art. 68 da Constituição Federal, elenca as matérias que não serão objeto de Leis Delegadas, dentre elas, “planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos”. O texto proposto na PEC 188 para o **inciso III**, § 1º, art. 68, eliminou o “PPA” da regra, dado que esse mecanismo será extinto, mas não incluiu o “Orçamento Plurianual”, que assumirá algumas funções desempenhadas pelo PPA.

A doutrina jurídica explica que as matérias elencadas como **vedadas para delegação**, assim as foram por requererem **amplo debate para seu aprimoramento no Congresso Nacional**, o que fica prejudicado caso o Congresso delegue essa prerrogativa. Nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 68 da Constituição, a delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, **vedada qualquer emenda**.

Diante do exposto, **em defesa da harmonia entres os Poderes e das prerrogativas constitucionais** asseguradas ao Congresso Nacional, conclamamos nossos pares pela aprovação da presente emenda modificativa.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**  
(CIDADANIA/MA)



SF/19697.38568-14